

Discussão

Osmundo: Muito obrigado, professora Sônia, e obrigado também por chamar atenção pra importância de reconhecermos e valorizarmos o ponto de vista de mulheres negras no Brasil, em África e na diáspora. Nós temos algumas questões no chat, mas eu faria alguns poucos comentários aqui, um pouco comentário, um pouco questões, assim, para os colegas, inclusive levando em conta a minha própria experiência docente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no *campus* de Cachoeira, aqui próximo a Salvador. Bom, fiquei pensando, por exemplo, os números que o professor Messias apresentou são recentes, então, quer dizer, eu pergunto, eu acho que eles refletem tanto, digamos assim, uma expansão recente do ensino universitário brasileiro. Por exemplo, aqui na Bahia, no meu estado, nós tínhamos, na minha época de jovem, de estudante, apenas uma instituição federal de Ensino Superior, que era a UFBA. Chamávamos na Bahia de “A Federal”. E agora temos cinco, com cinco cursos de graduação em Ciências Sociais no território da Bahia como um todo, o que reflete, com o tempo, uma diversidade, e de algum modo abre a universidade pra novas tensões, novas contribuições, de novas perspectivas. E também, Messias e demais colegas, essas mudanças, advindas da ação afirmativa, da expansão do ensino superior, são recentes e têm ocorrido na periferia do sistema acadêmico brasileiro. Então, também suspeito que grande parte desses professores negros e negras estão nas instituições recentes criadas na Bahia, como é o caso da minha, da UFRB, da Unilab, da Federal, enfim, do ABC, em outros *campi*, digamos assim, periféricos. O que é muito positivo em muitos sentidos, porque, pra mim, particularmente, a experiência docente em sala de aula se reveste de grande significado, né? Realmente transcendental. Quer dizer, um laboratório de investigação, de reflexão, de crítica

reflexiva teórica, pra mim, é a sala de aula na graduação, onde, em grande medida, as questões que são mais agudas pra mim se apresentam e podem ser discutidas com um conjunto de estudantes que têm experiências muito ricas e que, como alguém apontou aqui, e que foram, como apontou a Sônia, que foram alienadas, digamos assim, do quadro formador de categorias, de dispositivos, de equipamentos críticos analíticos, aqueles usualmente tomados como nativos ou como objetos.

Então, também pensando um pouco na apresentação de Gilson e de Luena, eu fico pensando, e de Sônia também, eu fico pensando se um caminho, assim, uma interface potente, produtiva, rica para essa nossa reconversão, não se localiza justamente nesse momento de sair da universidade, de rompermos os limites, fronteiras institucionais, entre Universidade e as comunidades do entorno, entre os saberes acadêmicos e outros saberes. Esse movimento de ir ao encontro de outras instituições ou estruturas, digamos assim, de produção e a construção de conhecimento, é muito rico e muito desafiador, o que tem a ver com a extensão, não, Luena? Então, por exemplo, no seu trabalho de avaliação, de revisão dos currículos, das grades curriculares, quer dizer, de que maneira a extensão aparece e qual seria essa relação da extensão com o ensino de graduação e pós-graduação, de como isso pode nos retroalimentar de um modo rico, assim, eu diria?

Do mesmo modo, Gilson, quer dizer, como que é ser professor de Antropologia em um Instituto Federal de Educação em Pau dos Ferros? Ou em qualquer outra localidade, na periferia do Brasil, que é o Brasil real na verdade? Como que é ser um intelectual, um antropólogo, professor em Antropologia interagindo com estudantes para além, digamos assim, da central do Brasil? O que é que significa isso, Luena? Ou Sônia? Acho que temos muito, eu, pessoalmente, colegas, queridos e queridas, vejo que estamos aqui em um momento de grande, de uma expectativa positiva de mudança e de transformação, diante de uma grande oportunidade, eu diria, na verdade, eu sou muito otimista com relação a isso, né? Apesar, e esse é meu último ponto, que tem a ver com a minha experiência na UFRB, apesar da violência. Sônia comentou há pouco sobre o que vive a Gamboa de

Baixo. No Recôncavo da Bahia, mesmo no interior do estado aqui na Bahia, imagino que o mesmo no Rio Grande do Norte, há a presença de grupos armados que disputam territórios. E eu digo grupos armados pra incluir uma ampla gama de agentes e atores que disputam território e que usam violência. Essa violência nos assedia todos os dias na sala de aula, essa violência faz parte da experiência cotidiana de nossos estudantes. Quer dizer, de que maneira essa violência pode e não pode ter algum impacto, algum efeito na teoria que nós produzimos, nas práticas pedagógicas que nós desenvolvemos? Cachoeira fica em frente a uma cidade chamada São Félix. O que separa as duas é uma ponte de 100 metros, 200 metros, no máximo. Pois bem, jovens de uma cidade não podem passar a ponte, porque as disputas territoriais que impedem o livre trânsito dos nossos estudantes, de nossos jovens. Então, perguntou também de que maneira a violência, o genocídio da população negra ou a antinegritude na sua declinação como violência impacta e forma também um quadro estrutural onde nossa discussão pode ser desenvolvida.

Eu vou ler aqui as questões que chegaram no chat e devolvo a palavra para os colegas. Então, o Diego Farias, que é nosso aluno na UFRB, perguntou: “Professor”, acho que para o Gilson, “a importância que vem sendo dada ao Big Brother contribui positivamente na luta contra o racismo e na busca por ocupar lugares de poder?” O Vinícius Venâncio pergunta: “O respeito à lei de cotas para serviço público é fundamental”, na verdade é um comentário, né?, “uma pena que tantas Universidades seguem burlando a legislação com aval de docentes que já estão nos quadros universitários”. Então, para darmos conta, pra iniciar a nossa discussão, seriam esses os pontos. Não sei se seguimos a ordem de apresentação. Talvez possa ser assim, não? Então vai, Gilson, por favor.

Gilson Rodrigues: Ok, obrigado, estendendo ao Diego, ao Vinícius. E, assim, é muito bom ter ouvido cada um. Que bom, Sônia, lhe reencontrar depois da RAM, de Porto Alegre, e que bom poder ter tido a chance de lhe ouvir, assim como Messias e Luena. E obrigado, Osmundo, pelas provocações

sempre muito boas. Acho que o primeiro ponto, pra responder o Diego logo de forma direta, assim, acho que a gente precisa se perguntar politicamente, entendendo que política está em tudo, né?, junto com os nossos corpos, (...) nós, no final das contas, e a gente precisa estar em todos os lugares, né? E acho que o Big Brother tem sido, tento acompanhar de um jeito ou de outro, tem sido um exercício sádico da Rede Globo, da própria branquitude enquanto construção epistêmica, política, cultural de como tratar os expostos corpos negros. Eu acho que a gente tem um ponto quanto a isso. Se tudo isso possibilita um debate que atinja outros grupos que não sejam as bolhas acadêmicas ou (...) da militância, por exemplo, talvez sim, mas a gente precisa se perguntar a que preço, né? A que preço isso está sendo feito e se é o caminho que a gente deve trilhar. Eu, particularmente, tenho pensado cada vez mais que não, a gente não precisa estar em certos espaços alimentando certos desejos que, a meu ver, são desejos sádicos da midiaticização e da exotização de corpos negros, que é algo que não é novo, né? E aí nesse processo penso que passa por este, o Big Brother, pra mim, é um espaço da violência, quando a gente vê uma gama de pessoas negras que choraram, os relatos que aconteceram, o ódio exposto, por exemplo, com a Karol Conká, que saiu com 99% de rejeição apenas por ser, é, “ah, ela exagerou”, ok, mas a gente teve situações de assédio, de violência de um homem branco para com uma mulher branca e saíram com menor índice de rejeição. Então isso fala muito sobre a nossa sociedade, fala muito sobre uma gama de coisas no nosso cotidiano. É bom pra pensar, como a gente costuma dizer dentro da Antropologia? Talvez sim, mas a que preço? E eu acho que chega da gente pagar altos preços pra fazer pensar, pra fazer refletir e tal. A gente pode seguir por outros caminhos.

Quanto à experiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, é (...) dizer que eu, completando, esse ano vou completar 5 anos que estou lá, mas estou completando este ano também 19 anos, desde a graduação até agora, de prática docente. Na graduação, é aquela coisa de ter que me virar pra pagar as passagens e as várias xerox que a gente tira, e ali eu entendo a coisa do ser docente, crescer

docente. E aí, nos últimos 10 anos, eu tava tendo contato com o universo universitário, e o IFRN, ele tem ensino médio, ele tem o ensino superior, e tem as pós-graduação, e inclusive até o doutorado. E aí nesse ponto, por que que é importante dizer isso? Porque o IFRN me impôs lidar com a realidade; dois, voltar a lidar com ensino médio, que foi onde eu havia começado; lidar com cursos de graduação, por exemplo, que não são, em Humanidades, não são nas nossas áreas. Então, ele me exige sair, né? Voltando àquela minha frase inicial, de uma zona de conforto, me exige dialogar, por exemplo, com analistas, alunos de ADS, Análise de Desenvolvimento de Software, e isso me exige começar a refletir sobre, por exemplo, racismo algorítmico e entender a linguagem de inteligências artificiais minimamente, a ponto de ser convidado a fazer graduação em ADS por alguns colegas. Mas aí eu acho que uma coisa que é importante dizer, e talvez falte a muitos de nós na Antropologia compreender isso, quando a gente fala, por exemplo, em Sociologia do Ensino Médio, a gente tá falando de um termo oficial, porque a Sociologia tem um reconhecimento do Ministério do Trabalho, mas que a gente tá falando para o Ensino Médio, a gente tá falando de Sociologia no 1º ano, Antropologia no 2º ano, Ciência Política no 3º ano, e, no caso do IFRN, que são quatro anos e com defesas de TCC, pra ensino médio, inclusive, a gente tá falando de um diálogo entre as três áreas no 4º ano. Então, assim, a gente tá falando de Antropologia no Ensino Médio, e, na minha experiência, tenho tido alunos que têm lido (...), têm lido Lélia Gonzalez, que têm produzido artigos sobre Vinícius Venâncio, sobre Messias Basques, produzido artigos, têm sido incentivados a ler essas autoras e esses autores nesse processo todo, né? Que têm lido Beatriz Moura, que têm lido Luena Pereira recentemente, e que isso remete a uma possibilidade de aprender, pra chegar lá na faculdade e não achar que etnocentrismo é um xingamento, mas também de utilizar a teoria, as teorias antropológicas como ferramenta, pra ele, de transformação de si, de transformação de uma realidade. E neste processo, foi só no IFRN que eu vim trabalhar, por exemplo, com projeto de extensão. Porque a gente sabe o lugar marginal que é colocada a extensão, exatamente aquilo que nos leva para fora dos muros das instituições.

E aí isso tem sido um processo de enriquecimento e de aproximação destes aprendizados, né? O que é o IFRN indo até esses espaços? O que é estar no Nordeste, no Rio Grande do Norte com 63% de população preta e parda, né?, negra, no semiárido, na divisa com a Paraíba e com o Ceará? Pra aquele contexto, é missão de vida, é o combate à necropolítica. E aí ter essas (...) dessa disciplina também é isso, né?, aquela coisa de ser convidado a um tipo de reflexão, a um tipo de posicionamento, a um tipo de disposição de potência, que está nestes alunos, que está em nós, mas que, muitas vezes, não é valorizada. Então, projeto de pesquisa e extensão também, além do contexto de observar a sala de aula, e vou encerrar agora a minha contribuição, e dizer que existe uma divisão racial da organização do espaço da sala de aula. Se a gente não atenta pra isso, a gente não move também esses espaços e não observa a demanda de também sair de zona de conforto neste processo. Então, assim, observar isso tem sido muito enriquecedor. Muito obrigado.

Osmundo: Obrigado, Gilson, desculpa aí. Desculpa a todos. Eu tô aqui nessa função chata de controlar o tempo, a gente tem um teto. Então, já passo à professora Luena, por favor.

Luena Pereira: Eu fiquei muito contente de ouvir as falas dos meus colegas, acho que foram muito importantes, muito complementares, a gente realmente não combinou. Eu tinha algumas observações pra fazer, enfim, reagindo um pouco também às falas e aos colegas que estão nos escutando. De fato, nós professores negros estamos majoritariamente ocupando as universidades de expansão, que estão na periferia, enfim, universidades periféricas, universidades menores, que são as que têm o maior número de alunos negros periféricos, eventualmente indígenas. Essa experiência é incrível, muito desafiadora e muito complexa pela falta de estrutura, de permanência e de recursos, mas a gente tem tido um esforço interessante na Universidade Rural de pensar essa especificidade e essa novidade do corpo discente e perceber aquilo, que alguns poucos colegas que ainda não

entenderam onde estão na minha universidade, de chamar de falta de capital cultural dos nossos estudantes, na realidade em um tipo de capital absolutamente rico e interessante, então, justamente produzir, no processo de ensino de Ciências Sociais, uma outra forma de construção de conhecimento. Chamo a atenção, acho que o Gilson chamou a atenção agora, pra questão do ensino médio e da abordagem, justamente no campo muito amplo de abordagem das questões étnicas raciais africanas e indígenas por conta da Lei 10.039/2003 e 11.645/2008. Então, a gente está diretamente na relação com essa questão do ensino médio e, sobretudo, da luta pelo fim deste novo ensino médio que se impõe. Só que eu acho, tem uma questão que é, dar aula de Antropologia, Ciências Sociais para outros cursos nos dá um grau de liberdade muito maior de trazer novos textos, novas questões, novos autores do que para o ensino de Ciências Sociais ou de Antropologia nas disciplinas formativas, que são essas disciplinas canônicas, da história canônica da Antropologia. Então, acho que é uma diferença. Não sei se o texto do Messias, desse elenco que ele mostrou dos textos, se dá nos cursos de introdução ou nos cursos de Ciências Sociais, que aí você tem uma certa ordem, e que a gente vem insistindo em fazer de forma cronológica, que é justamente o problema que a gente vai encontrar, porque a forma cronológica da Antropologia I, II, III, IV, ela deixa somente no final do percurso da Antropologia, justamente pra gente trazer essa transformação na Antropologia das últimas três, quatro décadas, e que nos coloca numa angústia, nossa e dos alunos, da gente ficar reproduzindo uma abordagem escolar, funcionalismo, estruturalismo, culturalismo, que é onde a Antropologia é mais dura, mais objetivista, mais alterizadora, vamos dizer assim.

Então, os desafios que eu tenho visto dos meus colegas em outros, em vários dos programas que eu tenho estudado, dando exemplo da UFBA, por exemplo, Unicamp tem uma experiência já há bastante tempo que é uma perspectiva, embora não perca a cronologia, mas uma perspectiva menos cronológica de produzir o curso que, justamente, nos ajude, desde o primeiro período, a problematizar a história da teoria que a gente tem dado.

Eu acho isso um desafio difícil, acho difícil de fazer, mas a gente precisa fazer. Que a gente já possa produzir um estranhamento na própria forma como a gente vai tentando pensar essa passagem do evolucionismo ou do racismo antropológico para a crítica da raça que faz o Boas, mas que outros autores também estavam fazendo, transformar isso não num campo linear, então era uma vez uma Antropologia racista, depois evolucionista, depois fazemos uma crítica e viramos uma ciência sincrônica ou particularista, mas sim já produzir dentro dela questionamentos. Então, eu continuo me batendo muito, eu e minhas colegas e meus colegas, nessa questão de abordagem que desconstrua o cânone já no começo da nossa abordagem da história da teoria, vamos dizer assim. Então, isso que eu acho mais desafiador. E mais desafiador quando a gente vai ensinar uma prática de uma Antropologia que não é uma produtora de alteridade, que é o que a gente tenta fazer hoje o tempo inteiro, mas não é como a gente ensina como fazer. Então, eu acho que esse desafio da docência, do currículo, ele continua pra gente ainda muito difícil de produzir dentro de uma Antropologia que aborda a história da Antropologia, dentro de um ensino que aborda a história da teoria, e não a teoria ela própria tal como ela é praticada hoje. Muito obrigada.

Osmundo: Obrigado, Luena. É evidente que temos que ter muito mais tempo pra esse debate, não é, gente? Messias, por favor.

Messias Basques: Valeu, gente. Obrigado. Breves comentários: tava até falando com a Luena aqui nos bastidores a respeito dessa conversa toda e da diferença do âmbito de aplicação da legislação do nível estadual pro nível federal. É que as universidades estaduais, elas não estão impedidas de desenvolverem os seus próprios marcos legais pra aplicação de reserva de vagas de costas, porque elas são autarquias que têm autonomia universitária. Então, não é porque não são federais, como no caso da Universidade de São Paulo, que não poderiam implementar suas próprias alternativas, como é o caso da UERJ, que é, inclusive, pioneira, né? A Universidade de

São Paulo, ela pode se usar dessa escusa, dessa desculpa de não ter uma lei estadual que estabelece os parâmetros pra reserva de vagas, mas, na verdade, a autonomia universitária já permite, né? Então, tem uma pergunta aqui no chat a respeito disso, né?, das ações afirmativas. Eu não consigo ver de outra maneira se não por falta de comprometimento. É falta de vontade política. Por outros motivos, se faz decisão política na Universidade, pra outro tipo de prioridade, digamos assim. As ementas que eu analisei são todas de Introdução à Antropologia, disciplinas introdutórias. E por que que eu fui nelas? — Talvez eu não tenha sido tão direto quando eu falei. — Pelo simples fato de que é nessas disciplinas introdutórias, como nós sabemos, que a gente dá letramento, a gente começa a dar moldura na curiosidade dos alunos pra eles olharem pra uma coisa ou pra outra. Então, só pra que vocês tenham ideia, eu já vou concluir com isso, na verdade, os autores negros, eu não citei quais foram os autores negros que apareceram nessas 33 ementas que eu analisei muito rapidamente pra um exercício pra hoje aqui. Frantz Fanon, Kabengele Munanga, uma única vez Anténor Firmin, que é uma solução pra todos os nossos problemas aqui de periodicidade de linha do tempo. É só colocar o Firmin no lugar dele, que é de primeiro. Pronto, tá resolvido o problema, tá resolvido. O antirracismo já estava no capítulo inaugural da História da Antropologia, citado uma única vez, numa única ementa que é, felizmente, pensada por um colega negro nosso, o Guilherme, recém-contratado do Departamento de Antropologia da USP, vai dar agora Introdução à Antropologia, colocou Firmin lá. Então, citar o nome dele, Luena Pereira, Achille Mbembe, Antônio Bispo dos Santos, Zora Neale Hurston, Lélia Gonzalez, Alice Walker, Michel Trouillot, a socióloga Oyewumi, da “Invenção das mulheres”, Chimamanda e Patrícia Hill Collins. Então, vocês vejam que não tem parâmetro, não tem exatamente um critério, né? Muitas sociólogas citadas, pessoas que são escritores. Não vejo problemas em relação a isso, mas o que eu queria dizer é: a dispersão de autores mostra que não existe consenso pra ensinar a Antropologia. Uma vez que não existe consenso, por que, na ausência de consenso, alguns

nomes são lembrados e outros não? Em detrimento dos nossos nomes, né? Sônia, passo a palavra a você. Obrigado a todos, a todas e a todes.

Sônia dos Santos: Obrigada, obrigada, Messias. Sim, questões fundamentais. Realmente, a gente precisa de mais tempo pra discutir, né? Bom, eu rapidamente aqui, eu concordo, Osmundo, com a questão do que se foi apresentado, das questões recentes, né? São nomes recentes. Eu sim, numa pergunta mais geral, uma resposta mais geral, eu, do lugar institucional que eu ocupo, eu tô na Faculdade de Educação, dentro do Departamento de Ciências Sociais e Educação, tô numa pós em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas e uma pós em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Eu me sinto bem mais, vamos dizer assim, livre, em termos curriculares, pra trazer, pra explorar mais uma perspectiva de Antropologia descolonizada, mas também outros autores que possam dialogar com as questões antropológicas. Eu acho que isso é uma questão, eu tenho colegas que são diretamente envolvidos com Departamentos específicos em Antropologia e também lecionando, porque eu também leciono Antropologia na UERJ quando a gente faz as trocas, né? Ultimamente, eu tenho lecionado, há algum tempo, Diversidade Cultural, então eu vejo a diferença entre lecionar Diversidade Cultural e Educação e lecionar Antropologia da Educação, que também já tem, e guarda as suas diferenças em relação à Antropologia mais geral. Mas a faculdade de Educação, ela é responsável por lecionar Antropologia da Educação para todos os cursos de licenciatura da universidade. E tem diferenças no currículo, a gente tá sempre discutindo.

A relação da extensão, pra mim, é muito importante pro ensino de graduação, e eu sempre penso no ensino, pesquisa, extensão. Tem, inclusive, isso em algum lugar do regulamento quando você entra pra UERJ, o tripé ensino, pesquisa e extensão, mas extensão sempre foi algo muito importante pra mim, que eu trago, inclusive, do movimento social de mulheres, né? Já pertencia a grupos específicos onde essa realidade da extensão aparece muitas das vezes conectada com algum professor na universidade, por exemplo. Então, pra mim, é importante essas questões. E a violência,

realmente isso é algo que corta o processo. É uma violência racializada, generificada, uma violência que tem classe, endereço certo, em termos de classe, território também, né? Mas me impressiona muito como Salvador, nesse momento, e também as outras áreas, outros municípios estão cercados por uma violência que a gente já conhece há mais tempo no Rio de Janeiro e que chega aqui de uma forma muito contundente. Mas, ao mesmo tempo, a violência que a gente viu nas comunidades quilombolas, e que são sempre as mulheres que estão à frente do processo, os homens estão lá também. Inclusive tem uma estratégia, muito fortemente os homens negros e indígenas também, e tem uma estratégia utilizada que a gente viu nos dois quilombos das mulheres em que elas fazem enfrentamento pra proteger também. É uma estratégia. Elas vão pro enfrentamento pra proteger os homens, né? Porque a contundência, muitas das vezes, desse aparato militar vai muito em cima dos corpos masculinos. Então, tem muita coisa pra explorar, pra gente pensar. O legal, já terminando, o legal de trazer os estudantes aliando aula presencial com aulas de campo, fazendo visitas a espaços, territórios, grupos periféricos é, pra mim e pra Andrea também, que tá aqui perto de mim, é uma excelente estratégia, não a única, pra potencializar a produção de conhecimento e a práxis descolonizada e plural dos alunos. Então há um convite o tempo todo pra que os alunos se apropriem desses lugares, desses territórios, alguns porque são quilombolas, outros porque vêm de áreas urbanas, mas a questão do racismo que tá ali presente, seja no urbano, seja mais pro interior. Só que eu vejo também, uma crítica que eu tenho é esse foco que a CAPES, que a SUCUPIRA acaba nos levando, acaba levando a academia a dar mais importância à pós-graduação do que à graduação. Então eu fico sempre muito chateada com o fato de não ter um banco de teses. Só tem banco de teses e dissertações, não tem banco de monografias e TCCs. Isso me incomoda demais. Uma coisa que tem muita produção maravilhosa, mais do que maravilhosa, extremamente competente na graduação que os nossos cursos têm produzido, mas elas não chegam, né?, porque ficam invisíveis. Eu tenho construído meu trabalho e minha

sala de aula, somente na graduação, com dissertações e teses, mas também com monografias e TCCs.

Então, isso eu acho que é um movimento nosso quando a gente pensa em descolonização da Antropologia, descolonizar o ensino que deveria ter, né? Pouco tempinho pra gente trazer, não tem problema, eu sei que é curtinho, Osmundo. Mas é isso, precisamos colocar a graduação num outro lugar. Na nossa, da nossa perspectiva, eu acho que esse grupo que tá aqui e vários outros que tão nos assistindo fazem isso, mas esse é um processo da gente enfrentar, de como potencializar e trazer, reconhecer a produção de conhecimento da graduação, da graduação na Antropologia. E também muito trabalho tem sido feito no âmbito do ensino médio, no ensino fundamental, nos nossos complementos aí de trabalhos que a gente tem executado. Muito obrigada, gente. Foi um prazer tá aqui com vocês.

Osmundo: Gente, muitíssimo obrigado. Realmente, a sensação de que teremos muito mais do que falar e discutir, eu acho que é bem evidente. Agradeço aos colegas, professor Gilson, professora Luena, professor Messias, professora Sônia, a todos e a todas e a todes que nos assistiram. Tivemos aí uma média de trinta pessoas assistindo ao longo daqui de nossa transmissão. Vai ficar gravada na TV ABA. Agradeço demais a Carolina Parreiras, que nos ajudou aqui, e a Roberto, a equipe toda da ABA. Chamo atenção para o fato de que teremos aqui, em julho, a segunda sessão da nossa série de webinários sobre povos indígenas, com a participação, com a mediação de Tônico Benites e a participação de Florêncio Vaz, Irma Velásquez e Nima Tuge e Roseline Tuxá. Aguardamos a todos, a todas, a todes em julho. Muito obrigado, ótima semana pra todos. Um abraço, gente. Tchau.